ANEXO I

CERTIDÃO DE APREENSÃO

|  |
| --- |
| SECÇÃO A:  Estado de emissão:…………………………………………………………………………………….  Autoridade de emissão:……………………………………………………………………...………...  Autoridade de validação (se aplicável):………………………………………………………………..  Estado de execução:….…………………….……………………………………………….……...….  Autoridade de execução (caso seja conhecida):……………………………………………………… |
| SECÇÃO B: Urgência e/ou data de execução solicitada  1. Indique o motivo específico da urgência:  □ existem motivos legítimos para supor que os bens em causa estão na iminência de serem transferidos ou destruídos, nomeadamente:  ……………………………………………………………………………………………….. ………………………………………………………………………………………………..  □ Necessidades processuais ou de investigação no Estado de emissão, nomeadamente:…….. ……………………………………………………………………………………………….. |
| 2. Data de execução:  □ é solicitada uma data específica, a saber:.………………………………………………..  □ é necessária coordenação entre os Estados­‑Membros envolvidos  Fundamentação deste pedido …………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………… |
| SECÇÃO C: Pessoa(s) afetada(s)  Identidade da(s) pessoa(s) contra a qual/as quais foi emitida a decisão de apreensão, ou da(s) pessoa(s) proprietária(s) dos bens abrangidos por essa decisão (se houver várias pessoas afetadas, forneça informações sobre cada uma delas):  1. Dados de identificação  i) se se tratar de pessoa(s) singular(es)  Apelido: ………………………………………………………………………………………………  Nome(s) próprio(s): ……………………………………………………………………….…………  Outro(s) nome(s) pertinente(s) (se for caso disso): ……………………………….............................  Alcunhas e pseudónimos (se for caso disso): ……………………………………..…………………  Sexo: ………………………………………………………………………………………………… |
| Nacionalidade:………………………………………………………………………………………  Número de identificação ou de beneficiário da segurança social, se disponível ..……………………  Tipo e número do(s) documento(s) de identificação (bilhete de identidade, passaporte), se disponível: …………….…………………………………………..………….....................................  Data de nascimento: …………………………………….....................................................................  Local de nascimento:…………………………………………………………………………………  Residência e/ou endereço conhecido (caso não seja conhecido, indicar o último endereço conhecido):  …………………………………………………………………………………………………………  Idioma(s) que a pessoa afetada compreende:…………………………………………………………  Indique a qualidade que a pessoa afetada assume no processo:  □ pessoa visada pela decisão de apreensão  □ pessoa proprietária dos bens abrangidos pela decisão de congelamento  ii) se se tratar de pessoa(s) coletiva(s)  Nome: …………………………………………………………………………………………………  Forma jurídica: …………………………….…………………………………………………..…….. |
| Nome ou denominação abreviada, denominação corrente ou firma, se aplicável: ……..……….…..  Sede estatutária: …………………………………………………………………..…………………  Número de registo: ………………………………………………………………………………….  Endereço:…………………………………………………………………………………………….  Nome do representante: ……………………………………………………………………………...  Indique a qualidade que a pessoa afetada assume no processo:  □ pessoa visada pela decisão de apreensão  □ pessoa proprietária dos bens abrangidos pela decisão de congelamento:  2. Se diferente do endereço acima indicado, indique o local onde deverá ser executada a decisão de apreensão: ……………………………………………………………………………………………….  3. Partes terceiras cujos direitos relativamente aos bens abrangidos pela decisão de congelamento sejam diretamente prejudicados pela ordem (identidade e motivos): ……………………………………………………………………………………………… ……………………………………………………………………………………………….  4. Outras informações que possam ser úteis na execução da decisão de apreensão:  ………………………………………………………………………………………………. |
| SECÇÃO D: Informações sobre os bens abrangidos pela decisão  1. Indique se a decisão diz respeito a:  um montante em dinheiro  um ou mais bens específicos (corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis)  bens de valor equivalente (no âmbito de perda baseada no valor)  2. Caso a decisão diga respeito a um montante em dinheiro ou a bens de valor equivalente a esse montante em dinheiro:   * Montante a executar no Estado de execução, em algarismos e por extenso (com indicação da divisa):…………………………………………………………………………………… * Montante total abrangido pela decisão, em algarismos e por extenso (com indicação da divisa):………………………………………………………………………………………..   Informações suplementares:   * Motivos que levam a crer que a pessoa afetada possui bens/rendimentos no Estado de execução: ……………………………………………………………………………………………….. |
| * Descrição dos bens/da fonte de rendimento da pessoa afetada (se possível):  ……………………………………………………………………………………………….. * Localização exata dos bens/da fonte de rendimento da pessoa afetada (caso não seja conhecida, a última localização conhecida): ……………………………………………………………………………………………….. * Dados da conta bancária da pessoa afetada (caso sejam conhecidos):  ..................................................................................................................................................   3. Caso a decisão diga respeito a um ou mais bens específicos ou a bens de valor equivalente a esses bens: …………………………………………………………………………………  Motivos que justificam a transmissão da decisão ao Estado de execução:  o ou os bens específicos estão localizados no Estado de execução  o ou os bens específicos estão registados no Estado de execução  a autoridade de emissão tem motivos razoáveis para crer que a totalidade ou parte do bem ou bens específicos abrangidos pela decisão estão localizados no Estado de execução. |
| Informações suplementares:   * Motivos que levam a crer que o ou os bens específicos estão localizados no Estado de execução: ……………………………………………………………………………………………….. * Descrição do ou dos bens: ……………………………………………………………………………………………….. * Localização do ou dos bens (caso não seja conhecida, a última localização conhecida): ……………………………………………………………………………………………….. * Outras informações pertinentes (por exemplo, designação de um administrador judicial): ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO E: Motivos para a emissão da decisão de apreensão  1. Exposição sumária dos factos  Indique as razões da emissão da decisão de apreensão, nomeadamente:   * Um resumo dos factos, incluindo uma descrição da infração ou infrações penais:  ……………………………………………………………………………………………….. ……………………………………………………………………………………………….. |
| * Fase em que se encontra a investigação: ……………………………………………………………………………………………….. ……………………………………………………………………………………………….. * Motivos para a apreensão: ……………………………………………………………………………………………….. ……………………………………………………………………………………………….. * Outras informações pertinentes: ……………………………………………………………………………………………….. ………………………………………………………………………………………………..   2. Natureza e qualificação jurídica da infração ou infrações penais que deram origem à emissão da decisão de apreensão e disposição ou disposições legais aplicáveis: ……………………………………………………………………………………………….. ………………………………………………………………………………………………..  3. A infração penal que deu origem à emissão da decisão de apreensão é punível no Estado de emissão com pena privativa de liberdade de duração máxima não inferior a três anos e faz parte da lista de infrações penais seguidamente transcrita? (assinale a casa correspondente). Caso a decisão de apreensão diga respeito a várias infrações penais, indique o seu número na lista de infrações penais infra (correspondente às infrações descritas nos pontos 1 e 2 supra).  □ participação numa organização criminosa |
| □ terrorismo  □ tráfico de seres humanos  □ exploração sexual de crianças e pornografia infantil  □ tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas  □ tráfico de armas, munições e explosivos  □ corrupção  □ fraude, incluindo fraude e outras infrações penais que lesem os interesses financeiros da União na aceção da Diretiva (UE) 2017/1371  □ branqueamento dos produtos do crime  □ falsificação de moeda, incluindo a contrafação do euro  □ cibercriminalidade  □ crimes contra o ambiente, incluindo o tráfico de espécies animais ameaçadas e de espécies e variedades vegetais ameaçadas  □ auxílio à entrada e à permanência irregulares  □ homicídio voluntário ou ofensas corporais graves |
| □ tráfico de órgãos e tecidos humanos  □ rapto, sequestro ou tomada de reféns  □ racismo e xenofobia  □ roubo organizado ou à mão armada  □ tráfico de bens culturais, incluindo antiguidades e obras de arte  □ burla  □ extorsão de proteção e extorsão  □ contrafação e piratagem de produtos  □ falsificação de documentos administrativos e respetivo tráfico  □ falsificação de meios de pagamento  □ tráfico de substâncias hormonais e outros estimuladores de crescimento  □ tráfico de materiais nucleares e radioativos  □ tráfico de veículos roubados  □ violação  □ fogo posto |
| □ crimes abrangidos pela jurisdição do Tribunal Penal Internacional  □ desvio de avião ou navio  □ sabotagem  4. Outras informações pertinentes (por exemplo, a relação entre os bens e a infração penal):  ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO F: Confidencialidade da decisão e/ou pedido de formalidades específicas  Necessidade de manter a confidencialidade das informações contidas na decisão após a sua execução: ………………………………………………………………………………………………..  Necessidade de formalidades específicas no momento da execução:  ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO G: Caso uma certidão de apreensão tenha sido transmitida a vários Estados de execução, forneça as seguintes informações:  1. Foi também transmitida ao(s) seguinte(s) Estado(s) de execução (Estado e autoridade) uma certidão de apreensão: ……………………………………………………………………………………………….. ………………………………………………………………………………………………..  2. Foi transmitida a vários Estados de execução uma certidão de apreensão pelos seguintes motivos:  Caso a decisão de apreensão diga respeito à propriedade de bens diferentes:  Supõe­‑se que diferentes bens abrangidos pela decisão estejam localizados em diferentes Estados de execução  A apreensão de um bem específico exige a realização de ações em vários Estados de execução  Caso a decisão de apreensão diga respeito a um montante em dinheiro:  O valor estimado do bem passível de apreensão no Estado de emissão e em qualquer Estado de execução não se afigura suficiente para que o montante total abrangido pela decisão possa ser apreendido  Outras necessidades específicas: ……………………………………………………………………………………………….. |
| 3. Valor dos ativos, caso seja conhecido, em cada Estado­‑Membro de execução: ……………………………………………………………………………………………….. ………………………………………………………………………………………………..  4. Caso a execução da apreensão do ou dos bens específicos exija a realização de ações em vários Estados de execução, descrição das ações a realizar no Estado de execução: ……………………………………………………………………………………………….. ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO H: Relação com uma decisão de apreensão anterior e/ou com outra(s) decisão(ões) ou pedido(s)  Indique se a presente decisão de apreensão está relacionada com uma decisão ou com um pedido anterior (por exemplo, decisão de apreensão, decisão europeia de investigação, mandado de detenção europeu ou auxílio judiciário mútuo). Se tal for aplicável, forneça as seguintes informações relevantes para identificar a decisão ou o pedido anteriores:   * Tipo de decisão/pedido: ……………………………………………………………………………………………….. * Data de emissão: ……………………………………………………………………………………………….. * Autoridade à qual a decisão/o pedido foi transmitida(o): …………………………………………………………………………………………….…. * Número de referência atribuído pela autoridade de emissão: ……………………………………………………………………………………………..… |
| * Número(s) de referência atribuído(s) pela(s) autoridade(s) de execução: ……………………………………………………………………………………………..… |
| SECÇÃO I: Perda  Indique se:  □ a presente certidão de apreensão é acompanhada de uma certidão de perda emitida no Estado de emissão (número de referência da certidão de perda): ……………………………......................................................................................................  □ os bens permanecem apreendidos no Estado de execução enquanto a transmissão e a execução da decisão de perda não forem efetuadas (data prevista para a apresentação da certidão de perda, se possível): ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO J: Medidas alternativas  1. Indique se a lei do Estado de emissão permite a aplicação, pelo Estado de execução, de medidas alternativas, caso não seja possível executar a decisão de apreensão, no todo ou em parte:  □ Sim  □ Não  2. Em caso afirmativo, indique as sanções que podem ser aplicadas: ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO K: RESTITUIÇÃO DOS BENS APREENDIDOS  1. Indique se foi emitida uma decisão de restituição à vítima dos bens apreendidos:  □ Sim  □ Não  Na afirmativa, indique, relativamente à decisão de restituição à vítima dos bens apreendidos, os seguintes dados:  Autoridade que emitiu a decisão (nome oficial): ……………….………………………………………………………………………………………...  Data da decisão: .………………………….…………………………………………….………….…  Número de referência da decisão (se disponível): …………………………………………………....  Descrição dos bens a restituir: ………..……………………………………………………………....  Nome da vítima: ……………………………….………………………………………………….….  Endereço da vítima: ………………………………………………………………………..……..….. |
| Se o direito da vítima aos bens for objeto de impugnação, especifique pormenorizadamente (quem impugna o direito, os motivos, etc.): ………………………………………………………………………………………………………… …………………………………………………………………………………………………………  Se os direitos das pessoas afetadas puderem ser prejudicados devido à restituição, especifique pormenorizadamente (pessoas afetadas, direitos que podem ser prejudicados, motivos, etc.): …………...……………………………………………………………………………………………. …………………………………………………………………………………………………………  2. Existe um pedido de restituição à vítima dos bens apreendidos pendente no Estado­ de emissão?  □ Não  □ Sim, o resultado será comunicado à autoridade de execução  A autoridade de emissão é notificada no caso de transferência direta para a vítima. |
| SECÇÃO L: Vias de recurso  Autoridade do Estado de emissão que pode fornecer mais informações sobre os trâmites necessários para interpor recurso nesse Estado e disponibilidade, ou não, de apoio judiciário, interpretação e tradução:  Autoridade de emissão (ver secção M)  Autoridade de validação (ver secção N)  Outra:  ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO M: Dados respeitantes à autoridade de emissão  Tipo de autoridade de emissão:  □ juiz, tribunal, magistrado do Ministério Público  □ outra autoridade competente designada pelo Estado de emissão  Designação da autoridade: …………………………………………………………………………...  Nome da pessoa de contacto: ………………………………………………………………………..  Função (cargo/grau): ………………………………………………………………………………...  Processo n.º: ……….……………………………………………………………………………….. |
| Endereço: ………………………………………………………………………………………….....  N.º de telefone (indicativo do país) (indicativo regional): ……………………………………….….  N.º de fax (indicativo do país) (indicativo regional): ………………………………………………...  Correio eletrónico: …………………………………………………………………………………...  Idiomas em que é possível comunicar com a autoridade de emissão:………………………..………  Se diferentes dos acima indicados, dados de contacto da(s) pessoa(s) a contactar para obter mais informações ou definir disposições práticas com vista à execução da decisão:  Nome/cargo/organização: …………………………………………………………………………….  Endereço: ………………………………………………………………………………..……………  Correio eletrónico/n.º de telefone: ……………………………………………………………………  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura da autoridade de emissão e/ou do seu representante atestando a veracidade e exatidão das informações constantes da certidão de apreensão: ………………………………………………………………………………………………………… |
| Designação: …………………………………………………………………………………………  Função (cargo/grau): ………………………………………………………………………………...  Data: …………………………………………………………………………………………………..  Carimbo oficial (eventualmente): …………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO N: Dados respeitantes à autoridade que validou a decisão de apreensão  Indique o tipo de autoridade que validou a decisão de apreensão (se aplicável):  □ juiz ou tribunal  □ magistrado do Ministério Público  Designação da autoridade de validação: ……………………………………………………………...  Nome da pessoa de contacto: ………………………………………………...……………………….  Função (cargo/grau): ……………………………………………………………………………….....  Processo n.º: ……………………………………………………………….………………………….  Endereço: ………………………………………………………………..…………………………… |
| N.º de telefone (indicativo do país) (indicativo regional): ……………………………………………  N.º de fax (indicativo do país) (indicativo regional): ………………………………………………...  Correio eletrónico: …………………………………………………………………………………...  Idiomas em que é possível comunicar com a autoridade de validação: ……………………………....  Indique o ponto de contacto principal da autoridade de execução:  □ autoridade de emissão  □ autoridade de validação  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura e dados respeitantes à autoridade de validação e/ou seu representante:  ................................................................................................................................................................  Nome: ………………………………………………………………………………………………....  Função (cargo/grau): ………………………………………………………………………………...  Data: …………………………………………………………………………………………………..  Carimbo oficial (eventualmente): ……………………………………………………………………. |
| SECÇÃO O: Autoridade central  Caso tenha sido designada uma autoridade central para a transmissão e receção administrativas das certidões de apreensão no Estado de emissão, indique:  Designação da autoridade central: …………………………………………………………...............  Nome da pessoa de contacto: ................................................................................................................  Função (cargo/grau): ………………………………………………………………………………...  Referência do processo: ……………………………………………………………………………….  Endereço: …………………..………………………………………………………………………….  N.º Tel. (indicativo do país) (indicativo regional): ................................................................................  N.º Fax (indicativo do país) (indicativo regional): ................................................................................  Correio eletrónico: ……………………….…………………………………………………………... |
| SECÇÃO P: Anexos  Indique os anexos enviados juntamente com a certidão: ……………………………………………... |